

As principais demandas do agronegócio estão contempladas nos programas de governo dos três candidatos mais bem colocados nas pesquisas de intenção de voto à Presidência da República, garantiram, na segunda-feira, 29, os representantes dos candidatos Dilma Rousseff (PT), Marina Silva (PSB) e Aécio Neves (PSDB).

Presentes ao “Fórum Estadão Brasil Competitivo: Rumo ao Futuro do Campo”, realizado em São Paulo, o atual secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Seneri Paludo, o biólogo João Paulo Capobianco, representante de Marina, e o engenheiro agrônomo Alexandre Mendonça de Barros, que falou por Aécio, disseram que questões essenciais para o desenvolvimento do setor, como investimento em infraestrutura e logística, garantia de renda e preço, reforma de tributos, desburocratização de processos de licença e liberação de agroquímicos, além de acesso a mercados, estarão no foco do futuro governo. As propostas em 10 áreas para o desenvolvimento do agronegócio, compiladas pela Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (Faesb), foram reunidas no livro Rumo ao futuro do campo, lançado ontem.

Seguro agrícola que contemple a renda do produtor esteve entre os assuntos mais discutidos entre os participantes, ainda que todos apontem as dificuldades de se tirar do papel um sistema de proteção ao agricultor tão eficiente quanto o dos Estados Unidos.

Mendonça de Barros lembrou que os norte-americanos estão aprimorando seu sistema de seguro ao produtor há 40 anos. Ele afirmou, porém, que um plano de garantia de renda é pilar básico do projeto de governo do candidato tucano para a Agricultura.

O mesmo é considerado para um eventual governo Marina, segundo Capobianco, que reforçou a necessidade de um seguro que vá além da cobertura contra catástrofes climáticas, presente na proposta da pessebista. Em nome da candidata Dilma, Paludo afirmou que o ministério trabalha em um projeto para que o produtor possa acessar o mercado de opções, instrumento que funcionaria como garantia de renda em um cenário de preços baixos. Pela proposta, que mesmo em caso de reeleição da presidente não sairia do papel a tempo para a próxima safra, o governo subsidiaria os custos da operação no mercado financeiro.

Críticas

A crise do setor sucroenergético foi a principal fonte de críticas para o governo. Mendonça de Barros destacou que a política de controle de preços da gasolina foi responsável por uma destruição de valor sem precedentes no setor, e afirmou que a continuidade do controle levará a uma “anidrização” da produção de etanol. O álcool anidro é utilizado na mistura da gasolina, enquanto o hidratado é usado em carros flex.

Fonte: O Estado de São Paulo, em 30.09.2014.